

RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASIL-SURINAME: UMA LEITURA A PARTIR DOS ACORDOS DIPLOMÁTICOS EM ASSUNTOS ECONÔMICOS (1975-2013)

INTERNATIONAL RELATIONS BRAZIL-SURINAME: A READING FROM THE DIPLOMATIC AGREEMENTS IN ECONOMIC AFFAIRS (1975-2013)

BRENDA FARIAS DA SILVAⁱ & GUTEMBERG DE VILHENA SILVAⁱⁱ

Universidade Federal do Amapá

ⁱbrenda_fds@live.com, ⁱⁱbgeografo@gmail.com

RESUMO. As relações internacionais entre as nações sul-americanas passaram por várias transformações ao longo da história. Entendê-las significa ter a clareza da existência de caminhos construídos em bases variadas, cujos projetos atuam em horizontes político-territoriais de atores que promovem uma ação no espaço geográfico e que refuncionalizam o uso do território de seus países e regiões, atribuindo-lhes constantemente novos usos, como é o caso do Suriname pós-independência em 1975. Este país foi o último em toda a América Latina a conquistar sua soberania. As bases étnicas variadas, marcantes no Suriname, foram frágeis durante as décadas que sucederam sua independência, assim como suas relações internacionais com seus vizinhos territoriais, França (por meio da Guiana Francesa), República Cooperativa da Guiana, como quem ainda possui litígios fronteiriços, e o Brasil, país que mantém um forte afastamento comercial e em outros campos. Este artigo tem por objetivo avaliar as relações internacionais Brasil-Suriname, focando nos acordos institucionais relacionados à economia. Exploraremos a independência do Suriname como marco inicial e em seguida procederemos a análise dos acordos efetuados entre este país e o Brasil no que tange à economia. A metodologia utilizada é análise documental, abrangendo os tratados internacionais e documentos oficiais de ambos os países, e revisão bibliográfica. Com este estudo é possível concluir que as relações Brasil-Suriname ainda são pífias em vários campos, como é o caso da economia. No entanto, a influência do Brasil no território surinamês em relação a projetos para o desenvolvimento está se tornando cada vez mais efetiva.

PALAVRAS-CHAVE. AMÉRICA DO SUL, ACORDOS DIPLOMÁTICOS, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BRASIL- SURINAME.

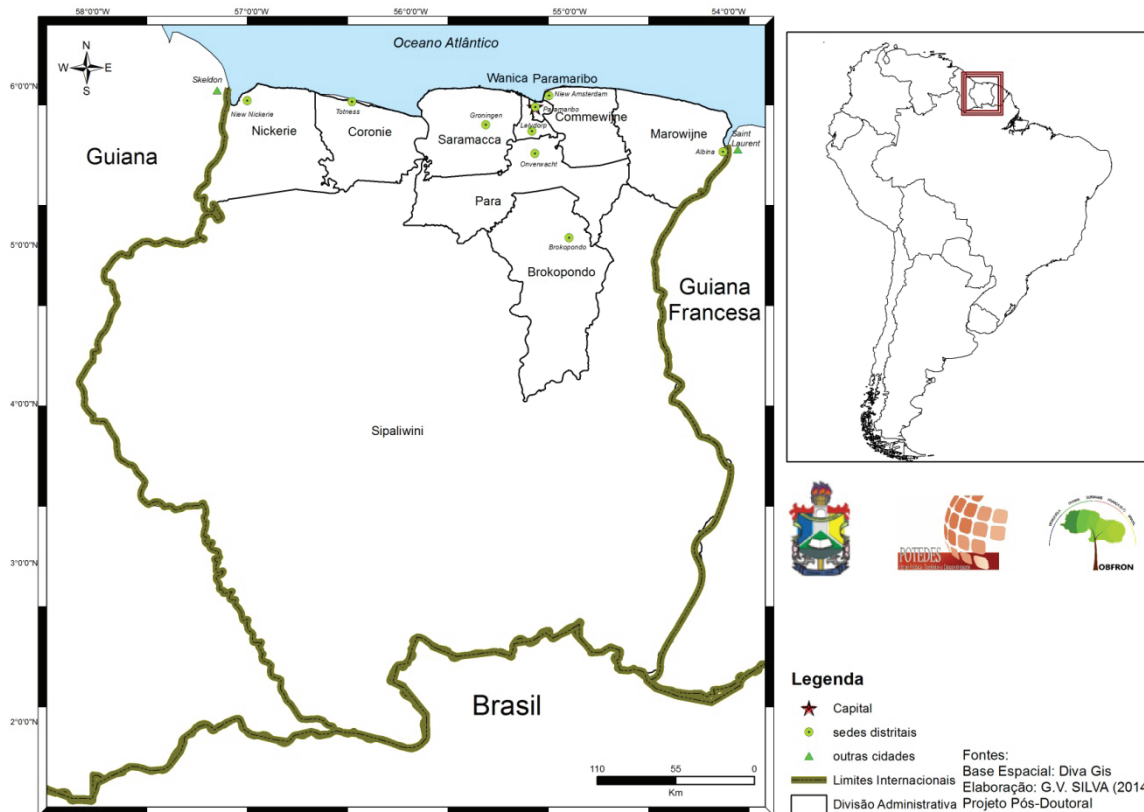
ABSTRACT. International relations between the South American nations have gone through several transformations throughout history. Understanding them means having the clarity of the existence of paths constructed in various bases, whose projects work in political-territorial horizons of actors that promote an action in geographical space and reorder the use of territory of their countries and regions, assigning them constantly new uses, such as post-independence Suriname in 1975. This was the last country in Latin America to achieve its sovereignty. The varied ethnic backgrounds, striking in Suriname, were weak during the decades that followed its independence, as well as its international relations with its regional neighbors, France (via French Guiana), Cooperative Republic of Guyana, as one who still has border disputes, and Brazil, a country that maintains a strong commercial and other fields. This article aims to assess the Suriname-Brazil international relations, focusing on institutional arrangements related to the economy. We explore the independence of Suriname as a starting point and then proceed to analyze the agreements made between this country and Brazil regarding the economy. The methodology used is document analysis, including international treaties and official documents of both countries, and literature review. With this study we can conclude that the Brazil-Suriname relations are still lackluster in various fields, such as economics. However, the influence of Brazil on Surinamese territory in relation to projects for development is becoming increasingly effective.

KEYWORDS. SOUTH AMERICA, DIPLOMATIC AGREEMENTS, INTERNATIONAL RELATIONS, BRAZIL-SURINAME.

INTRODUÇÃO

As relações diplomáticas no mundo datam desde a criação das *polis gregas* - as chamadas *cidade-estado*, tornando-se um fator de exímia importância para o andamento das relações pacíficas entre os povos. Tal relevância é notória no campo das relações diplomáticas do Brasil, sendo este conhecido mundialmente por ter um corpo diplomático com alta capacidade de negociação em diversos campos internacionais, um deles é a economia. Desde sua independência, o Brasil vem procurando se destacar nos foros mundiais econômicos, projetando o país de maneira positiva no cenário internacional. Sua relação com o Suriname não é diferente: por ser um dos países mais fortes economicamente na América do Sul, o Brasil mantém a proximidade das demais nações, e destacaremos aqui essa proximidade com o Suriname (Mapa 1), o último país sul-americano a conquistar a independência e que mantém trocas comerciais e acordos diplomáticos com o Brasil no âmbito econômico.

MAPA 1 – Localização do Suriname



Este artigo tem por objetivo avaliar as relações internacionais Brasil-Suriname a partir da independência deste último até os dias atuais, focando nos acordos relacionados à economia. Para tanto, tomamos por base a questão: Como analisar as relações econômicas Brasil-Suriname a partir da diplomacia entre os dois países?

Para responder a questão, é necessário explorar a independência do Suriname como marco inicial para analisar a cooperação deste país com o Brasil – tema abordado na primeira seção. Apenas

sete anos após a independência surinamesa foi que as relações entre os dois países tornaram-se relevantes. Desde então, as relações Brasil-Suriname começaram a ser voltadas para diversas áreas, em que ambos procuraram proporcionar um maior nível de crescimento e desenvolvimento econômico a partir da cooperação. Na segunda sessão será explanada a independência surinamesa como marco inicial das relações diplomáticas com o Brasil, fazendo um apanhado histórico da situação do Suriname durante o recorte temporal proposto. Por fim, será feita uma síntese dos acordos diplomáticos entre Brasil e Suriname no que tange aos assuntos econômicos, mostrando também o fluxo de trocas comerciais entre ambos os países. A metodologia utilizada para a execução do trabalho é análise documental, abrangendo os tratados internacionais e documentos oficiais dos dois países, e revisão bibliográfica.

A PERTINÊNCIA DA DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O campo da diplomacia é relevante para entender a trama internacional na qual interagem os países. A palavra deriva do grego *diploma* - fazer um acordo com outros países (HOUAISS, 2001) e expressa também a arte e a prática de conduzir as relações exteriores ou os negócios internacionais de um determinado Estado ou organização internacional. Geralmente, a ação diplomática, ou seja, aquela que *diploma*, é empreendida por intermédio de diplomatas de carreira e envolve assuntos de guerra e paz, comércio exterior, promoção cultural dentre outros (BARSTON, 2006).

Em um sentido informal ou social, a diplomacia é o emprego de tato para ganhar vantagem estratégica ou para encontrar soluções mutuamente aceitáveis para um desafio comum, um conjunto de ferramentas usadas para que declarações sejam feitas de forma não conflituosa e educada. Com efeito, as relações diplomáticas são definidas no plano do direito internacional pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) de 1963¹.

No contexto histórico, a prática da diplomacia é registrada desde a formação das primeiras *ciudades-estado*², contudo, os diplomatas - durante a Antiguidade e a Idade Média - costumavam voltar para suas cidades de origem após a resolução das negociações específicas para as quais eram enviados. Os primeiros agentes diplomáticos permanentes a serem registrados na história eram denominados de apocrisiários, geralmente estes eram os representantes do papa. Também haviam os *Procuratores in Romanam Curiam*, representantes dos soberanos europeus junto ao papa em Roma (MELLO, 1986). Assim, surgiram os primeiros conceitos da diplomacia moderna. A diplomacia como vemos hoje tem por bases o modelo dos Estados da Itália Setentrional quando do início do Renascimento (SILVA, 2002). Naquele período foram estabelecidas as primeiras missões diplomáticas. A gênese da diplomacia ocorreu em Milão (Itália), em 1446, no governo de Florença (MELLO, 1986).

Com a Paz de Vestfália (1648)³, o sistema de equilíbrio europeu foi instituído, consolidando assim a necessidade das missões diplomáticas permanentes, por meio destas os Estados passaram a buscar criar ou manter alianças no cenário internacional da época (CVRD, art. 3). Entretanto, a

¹ A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) é um tratado adotado em 24 de abril de 1963 pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas, que se reuniu no Palácio Imperial de Hofburg, em Viena, Áustria, de 2 de março a 14 de abril de 1961.

² Como as cidades gregas Atenas, Esparta e Tebas.

³ A Paz de Vestfália foi uma série de tratados firmados para encerrar a Guerra dos Trinta Anos, reconhecendo também, oficialmente, as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. A Paz de Vestfália tornou-se o marco do moderno Sistema Internacional (BURNS, 1999).

maioria dos embaixadores eram nobres ou políticos com pouca experiência nas relações exteriores, então foi necessária a criação de uma base de diplomatas profissionais para cumprir com as funções dos embaixadores. Com o crescimento da diplomacia profissional, na mesma época, começaram a surgir os primeiros Ministérios do Exterior, nas principais capitais europeias, como Paris, Londres e Madrid.

Devido ao crescimento e à presença de enviados diplomáticos nas capitais europeias surgiram conceitos como o da *precedência*, que organizava os chefes de Missão em ordem de importância. Contudo as regras para tanto variavam em cada país como o critério de distinguir entre representantes de monarquias e repúblicas, ou de acordo com a religião oficial do Estado, tornando-se frequentemente confusas. Em 1815, o Congresso de Viena⁴ criou um sistema de precedência diplomática, mas sem sucesso no padrão. O tema continuou em discussão, até que com o art. 16 da CVRD o sistema foi regulado.

Ao se tratar do campo econômico, a diplomacia brasileira foi muito precoce. Durante o século XIX, ainda que o Brasil tivesse uma diplomacia econômica primária, era notável sua presença em congressos econômicos multilaterais. Ainda que houvesse a busca da participação, durante o império o relacionamento econômico externo poderia ser caracterizado da seguinte forma: uma política comercial instintiva, marcada pelo livre-comércio obrigatório e pela precariedade fiscal do governo; uma “diplomacia dos empréstimos”, causada pela ineficiência governamental no campo fiscal; uma estrutura funcional-burocrática, que era eficiente na proteção dos interesses econômicos externos ao país; e a busca pela forte presença diplomática em todos os países e foros internacionais relevantes, de forma a colocar o Brasil em evidência, procurando manter-se próximo das grandes potências (ALMEIDA, 1999).

A partir do século XX, os moldes da diplomacia brasileira passaram se encaixar em sua política interna, a diplomacia não mais era vista como “instintiva”, mas sim racional e evolutiva; ao se tratar dos empréstimos, tornou-se muito mais cautelosa; uma “diplomacia de investimentos”, com interesses no capital de risco internacional, buscando fortalecer o mercado interno; uma eficiência administrativa superior à que era utilizada durante o século XIX; e a manutenção da presença nos foros diplomáticos econômicos, dessa vez voltado para parcerias como o Grupo dos 07 países mais desenvolvidos economicamente do mundo (G7), visando a maximização da inserção brasileira no cenário econômico internacional (ALMEIDA, 1999).

É necessário, antes da continuidade dos tópicos, diferenciarmos diplomacia e política externa: diplomacia é uma dimensão da política externa, que por sua vez é definida pelo governo, a diplomacia é um meio de execução da política externa. O que será analisado nas sessões posteriores será como a política externa conduziu a diplomacia de tal forma a estimular os acordos econômicos entre ambos os países.

⁴ Durante o período Napoleônico, a Europa foi alterada tanto política quanto economicamente, com isso o Congresso de Viena tinha como objetivo reorganizar as fronteiras que foram alteradas durante essa época e ainda restaurar a ordem absolutista do antigo regime. Contudo, os países ainda temiam que uma nova revolução acontecesse, pois a instabilidade ainda era perceptível no cenário internacional. Para prevenir esta situação, houve a necessidade de selar um tratado, que estabelece a paz e a estabilidade na política europeia (BURNS, 1999).

A INDEPENDÊNCIA DO SURINAME E O INÍCIO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM O BRASIL

O litoral surinamês foi avistado por Cristóvão Colombo em 1498, mas apenas foi ocupado durante o século XVII, por britânicos. Em 1667 uma frota holandesa invadiu a colônia, tornando o Suriname parte definitiva dos Países Baixos, trocando este território com a Inglaterra pela ilha de Manhattan, hoje parte dos Estados Unidos da América (EUA). A necessidade de abrigar agricultores holandeses que exploravam o açúcar no Brasil foi a principal motivação da troca com a Inglaterra, entretanto, no século XIX, com o aumento da demanda por açúcar, o governo *neerlandês* importou mão-de-obra semiescrava da Ásia, que se somou aos escravos africanos e aos indígenas nativos na exploração das plantações na margem direita do rio Suriname (VAN LIER, 2005).

Deste ponto, é possível notar que a grande diversidade de culturas fixadas no Suriname foi um dos fatores decisivos para a demora da independência: A falta de um costume forte e população autóctone proporcionou uma maior facilidade para a fixação dos colonizadores, além de que o sentimento de nação por parte dos poucos habitantes demorou a florescer devido a essa condição.

Os primeiros indícios de independência começaram no ano de 1973, quando o Partido Nacional do Suriname (NPS) – de base crioula –, liderado por Hinck Arron, vence as eleições, se tornando primeiro ministro. A independência foi proclamada dois anos depois, em 25 de novembro de 1975, com o consentimento holandês. Após a proclamação da independência, aproximadamente um terço da população – que era detentora de cidadania holandesa – se transferiu para os Países Baixos, implicando em carência de Recursos Humanos qualificados no então novo país.

Durante a década de 1970 o governo brasileiro passou a dar mais importância para o Planalto das Guianas, baseado nas doutrinas desenvolvidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), que, à época, enfatizava a proteção das fronteiras e a ocupação da Pan-Amazônia (MATOS, 1977). Neste contexto, o governo de Geisel, adotando a política internacional de reconhecimento do processo de descolonização pós-Segunda Guerra, logo reconheceu a independência surinamesa (URT, 2010).

A partir de então, a República do Suriname se construiu em bases frágeis, passando por diversos momentos de crise em sua democracia. A maior crise democrática foi a Revolução dos Sargentos, que se deu por meio de um grupo de dezesseis sub-oficiais, liderados por Desiré Delano (Desi) Bouterse, que acusaram o governo de ineficiência, o que desencadeou um Golpe de Estado, derrubando o governo democrático cinco anos após a independência, sob a acusação de um alinhamento tendencioso com a Holanda e os Estados Unidos, tornando Bouterse presidente.

Em janeiro de 1982, Bouterse nomeia um governo civil-militar, liderado pelo primeiro ministro Errol Halibux, líder da União de Trabalhadores e Agricultores, e em dezembro do mesmo ano, em meio a uma onda de protestos, as forças de segurança assinaram quinze membros da oposição, levando os Países Baixos a suspender todo o auxílio ao país. Esta atitude motivou uma orientação pró-Cuba, preocupando o regime militar Brasileiro.

Entre 15 e 17 de abril de 1983, o chefe do Gabinete Militar Danilo Venturini – acompanhado pelo chefe da Divisão da América do Itamaraty, Osmar Vladimir Chohfi, pelo conselheiro Fagundes Fernando, pelo coronel Quijano, do Conselho de Segurança Nacional, e pelo coronel Carrocho, do Serviço Nacional de Informações –, foi enviado pelo governo brasileiro para liderar uma missão diplomática ao Suriname, com o intuito de influenciar Bouterse a manter-se na esfera capitalista-

ocidental. Na ocasião, o governo brasileiro ofereceu diversos programas de cooperação, como na área agroindustrial, além de programas de assistência civil e treinamento militar, bolsas de estudo em universidades amazônicas, fomento ao comércio bilateral, estudos para a construção de usinas hidrelétricas, aumento de transportes aéreos e marítimos entre os dois países e até mesmo a transmissão via satélite de jogos de futebol do Brasil. O governo brasileiro ofereceu ainda uma linha de crédito de 70 milhões de dólares, a ser utilizada principalmente para a importação de materiais bélicos do Brasil (AVILA, 2011).

A missão foi bem sucedida, mantendo o Suriname afastado do comunismo. Desde então, as relações Brasil-Suriname começam a se tornar mais fortes, voltadas para diversas áreas, procurando proporcionar um maior nível de crescimento e desenvolvimento econômico para o país.

A RELEVÂNCIA DOS ACORDOS DIPLOMÁTICOS ECONÔMICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE OS DOIS PAÍSES

Os primeiros indícios de uma aproximação diplomática entre Brasil e Suriname começaram um ano após a independência do Suriname. Em 1976 foi assinado o *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica* entre tais governos para a implementação do Projeto “*Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname*”. Esta ação objetivou ajudar tal país na sua estruturação financeira após a independência. Ainda em 1976, também foi assinado o *Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio* e o *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica* para a Implementação do Projeto “*Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para a Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)*”.

A partir de então, as relações diplomáticas entre os dois países se tornaram mais estreitas. Em 1978 Suriname e Brasil trabalharam juntos por ocasião do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Para o Brasil, o tratado objetivava abrandar o isolamento da Guiana e do Suriname ao incluí-los em discussões de defesa, minimizar possíveis temores quanto um expansionismo brasileiro e criar um clima de estabilidade e cooperação entre os países amazônicos (URT, 2010).

Em 25 de janeiro de 1982, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro encabeçou uma visita oficial brasileira no Suriname, visita essa que defendeu a “tese da cooperação necessária” para a política externa brasileira. Esta tese alegava que o desenvolvimento econômico seria a melhor forma de evitar que surgissem regimes comunistas e garantir a segurança nacional, o que era, de certa forma, uma crítica à política externa dos Estados Unidos. Saraiva Guerreiro defendia esta estratégia para as relações não apenas com o Suriname, mas toda a América Latina, como forma de promover uma imagem do Brasil mais positiva e cooperativa, em oposição a uma possível identificação do país como imperialista, subimperialista ou hegemônico (URT, 2010).

O Governo de João Figueiredo, à época, deu um parecer favorável quanto à proposta apresentada pelo chanceler Saraiva Guerreiro, mas por conta da crise da dívida externa latino-americana na década de 1980 (década perdida) num momento inicial o Brasil não dispunha de fundos para oferecer ajuda financeira ao Suriname. Contudo, com o golpe de Estado no Suriname, em 1980, e uma percebida simpatia do novo presidente Dési Bouterse em relação ao marxismo, mobilizaram o governo brasileiro a montar uma ofensiva diplomática dissuasiva conhecida como *Missão Venturini*, já mencionada (AVILA, 2011).

O Brasil e o Suriname possuem vinte e quatro acordos bilaterais assinados, havendo um acordo expirado, quatro em tramitação e dezenove em vigor. Contudo, do ano de 1975 a 2013, são apenas seis acordos voltados para o campo do desenvolvimento econômico, sendo que um ainda está em tramitação, como ilustra o quadro a seguir (MRE, 2013).

QUADRO 1 – Acordos diplomáticos na área econômica entre Brasil e Suriname (1975-2013)

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTO	ANO	SITUAÇÃO
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname”	Cooperação Técnica	1976	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para a Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)”	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	1976	Vigente
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	1976	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a República do Suriname em Matéria de Comércio e Investimento	Mercosul	2000	Em Tramitação
Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para Comércio de Arroz, entre Brasil e Suriname (Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica n° 41)	Aladi	2005	Vigente
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento	Comércio	2007	Vigente

Fonte: Divisão de Atos Internacionais (DAI-MRE)/ Org.: Brenda Farias da Silva, 2014.

Como é possível notar, no ano que se seguiu a independência do Suriname, o volume de acordos assinados foi maior, tendo uma queda logo após, contudo, Brasil e Suriname possuem uma cooperação próxima, voltada para outros temas além da economia, como, por exemplo, o compartilhamento de dados gerados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), investigação policial conjunta acerca do tráfico de pessoas e apoio técnico brasileiro para a exportação agrícola surinamesa a países caribenhos. No total, o Brasil mantém cerca de 70 projetos de cooperação bilateral com o Suriname (MRE, 2012).

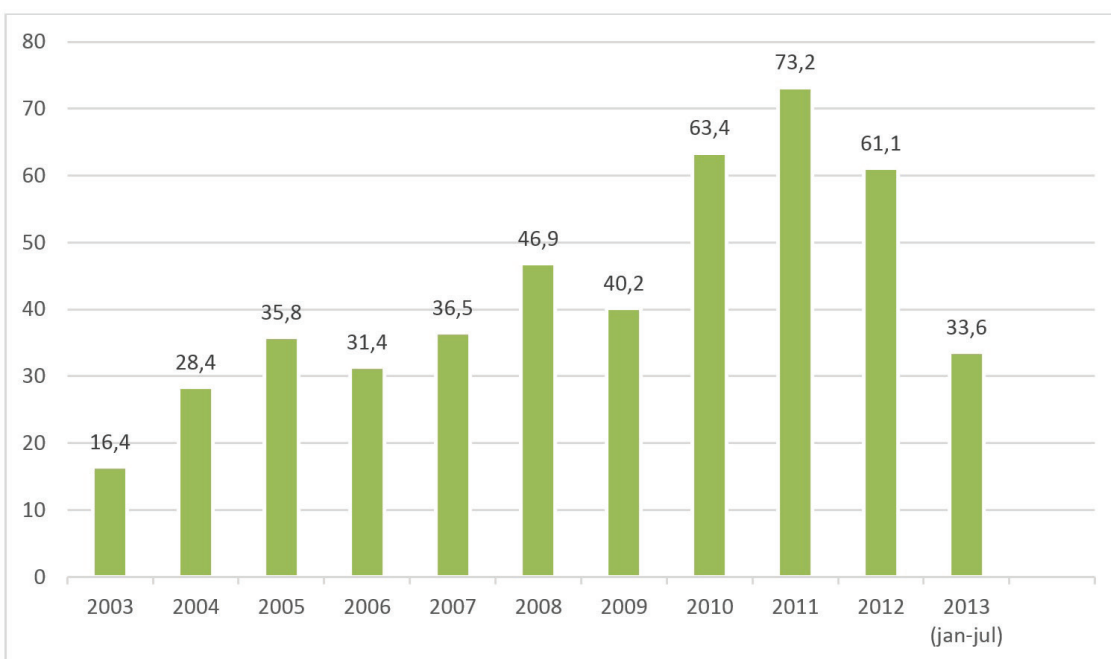
Se levarmos em consideração a situação interna do Suriname no período em que os tratados econômicos ficaram “suspensos”, podemos identificar que a causa desse espaço de 24 anos desde a assinatura do *Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname* foi a mudança na estrutura política e econômica surinamesa. Ao se tornar independente o Suriname possuía um panorama favorável economicamente,

a usina hidrelétrica recém-construída no país gerava energia suficiente para a indústria da bauxita⁵, além de que o país recebia rendas extras com o estabelecimento da Associação Internacional da Bauxita (IBA). Ao conquistar sua independência, o Suriname também recebeu cerca de 2 bilhões de *guilders* holandesas, como uma espécie de dote.

Todos esses fatores contribuíam para as mudanças estruturais necessárias para o início de bases de desenvolvimento. Entretanto, quando o governo militar assumiu o poder em 25 de fevereiro de 1980 os holandeses decidiram suspender a ajuda ao desenvolvimento da ex-colônia, além disso, uma recessão mundial atingiu a exportação da bauxita e do alumínio – que também passou a ser produzido pelo Suriname –. A inflação no país aumentou, e a ausência de uma moeda forte fez com que o governo fosse obrigado a racionar alimentos e demais artigos necessários no dia-a-dia. Portanto, é notável que os acordos diplomáticos voltados aos assuntos econômicos entre Brasil e Suriname fossem suspensos. Esse panorama de crise interna mudou apenas em 1987, quando o governo democrático foi restituído no Suriname (EGGER, 2009).

Em relação às trocas comerciais, Brasil e Suriname são pouco expressivos – devido ao isolamento econômico do Suriname em relação ao restante do continente sul-americano (BBC, 2014), à falta de infraestrutura ligando o Suriname com o Brasil e à pequena complementaridade produtiva dos dois países –, contudo, um estudo realizado em 2010 pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) avalia o potencial de comércio e investimentos entre ambos os países, apontando que é possível estreitar as relações a partir de investimentos de empresas brasileiras no território surinamês.

GRÁFICO 1 – Exportação Brasil - Suriname (1.000 US\$)

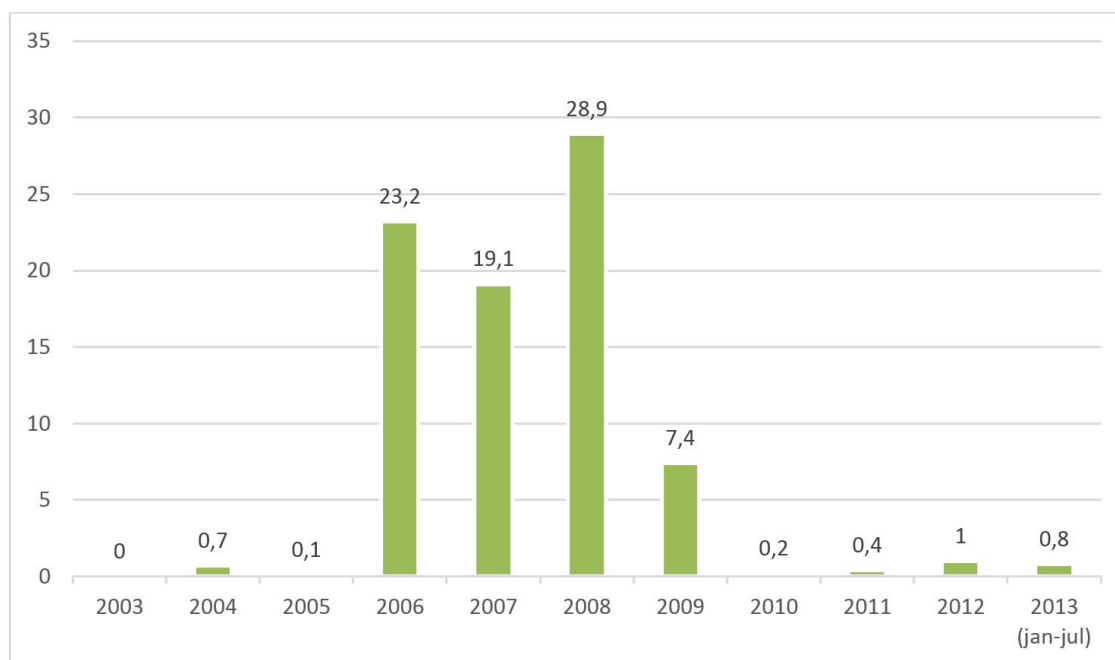


Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE), 2013./ Org. Brenda Farias da Silva, 2014.

⁵ O principal volume de exportação surinamesa é proveniente da exploração da Bauxita.

Visivelmente, a exportação brasileira para o Suriname teve um aumento de 2003 à 2008, sofrendo quedas e aumentos a partir de então, o que evidencia a capacidade de investimento no país, tais trocas comerciais são compostas, sobretudo, por produtos manufaturados – importação e exportação de ambos os países – (MRE, 2012).

GRÁFICO 2 – Importação Brasil-Suriname (em 1.000 US\$l)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE), 2013./ Org. Brenda Farias da Silva, 2014.

É notável que o fluxo de importação Brasil-Suriname é pouco perto dos volumes de exportação, no entanto, entre 2006 e 2008 houve uma alta nas importações, provando que é possível manter uma troca estável de comércio com o país. O aumento do fluxo de importações do Brasil provenientes do Suriname se deu pela grande quantidade de alumina calcinada – elemento obtido a partir da purificação da bauxita – comprada pelo Brasil. A alumina calcinada é insumo para diversos produtos, como vidros, isolantes elétricos e rolos cerâmicos (FUNCEX, 2010).

Ao se tratar de valores em transações, é estimado que 95,8% do comércio entre Brasil e Suriname é feito por via marítima – devido à ausência de outro meio mais eficiente de ligação entre os países – (FUNCEX, 2010). Em 2012, o Brasil obteve a 27ª posição dentre os parceiros comerciais do Suriname, tendo uma participação de 0,1% nas importações de produtos surinameses. No mesmo ano, o Brasil foi o 5º principal fornecedor de produtos para o país, tendo sido o responsável de 4% de todas as importações do Suriname (MRE, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada é possível concluir que as relações diplomáticas Brasil-Suriname no âmbito econômico ainda estão em fase de construção, de forma a não manter um padrão

determinado a partir dos tratados assinados. Contudo, a oportunidade de investimentos brasileiros no Suriname é grande, o que é ilustrado pelo fluxo de exportações Brasil-Suriname.

Ainda há muito a ser trabalhado neste campo entre os países, mas com o atual crescimento e fortalecimento interno surinamês e a política externa brasileira voltada para as nações vizinhas, esta relação logo poderá render frutos interessantes para ambos os lados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. A Formação da Diplomacia Econômica do Brasil. *Revista Lua Nova*, n 46, pp. 169-230, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a08n46.pdf>> Acesso em 04 de agosto de 2014.
- AVILA, C. F. D. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983). *Rev. Bras. Polít. Int.* 54 (1): 7-28 [2011] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n1/v54n1a02.pdf>> Acesso em: 13 de agosto de 2014.
- BARSTON, R. P. *Modern Diplomacy*. 3ª Ed. Londres: Pearson Education, 2006.
- BBC. *Suriname – As Relações Econômicas*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/1454_americanosul/page32.shtml> Acesso em 13 de agosto de 2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Divisão de Atos Internacionais*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos> Acesso em 12 de junho de 2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Suriname*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/suriname/pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2014.
- BURNS, E. M. *et al. História da Civilização Ocidental*. Vol. 1 e 2. 39ª Ed. São Paulo: Ed. Globo, 1999.
- CRVD. *Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas e Consulares*. Viena, 1963. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/relacoes-diplomaticas-e-consulares/relacoes-diplomaticas-e-consulares/conv_viena_rel_consulares_1963.pdf> Acesso em 04 de agosto de 2014.
- EGGER, J. Vista Geral Sobre a Economia do Suriname nos séculos XIX e XX. *Revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política*, n 10, pp. 205-219, out/dez 2009. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/Dep_10_portugues.pdf> Acesso em 04 de agosto de 2014.
- FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior). *O Potencial de Comércio e Investimentos entre o Brasil e o Suriname*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/Estudos/PUBEstudoPotencialComercioInvestimentoBrasilSuriname.pdf>> Acesso em 04 de agosto de 2014.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- MATTOS, C. M. *Geopolítica da Pan-Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército. 1980.
- MELLO, C. D. de A. *Curso de Direito Internacional Público*, vol. II. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1986.
- SILVA, G. E. do N. E. *Manual de Direito Internacional Público*. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- URT, J. N. A lógica da construção de confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n 53 (2), pp. 70-87, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/04.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2014.
- VAN LIER, R. A. J. *Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname*. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: Funag/IPRI, 2005. Coleção Países da América do Sul. 600 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=246&Itemid=41> Acesso em: 13 de agosto de 2014.